



ALIDE visitou o ministro da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, Roberto Mangabeira Unger no seu escritório no oitavo andar do edifício do comando do Exército na Esplanada dos Ministérios em Brasília. Alguns dias antes da publicação da Estratégia Nacional de Defesa, deixando de lado as questões meramente de aquisição de novos meios, ALIDE desejava fazer algumas perguntas mais conceituais para entender como que a Estratégia Nacional de Defesa coordenada por Mangabeira, poderá modernizar e transformar de forma profunda as nossas forças armadas e a indústria de defesa do Brasil.

Mangabeira, 61 anos, é um renomado teórico social e professor de Direito na Universidade americana de Harvard. Ele, notoriamente, apresenta uma imagem pública que pode ser vista como sua própria antítese: um forte sotaque americano defendendo idéias fortemente nacionalistas. Isso aparentemente tem servido para confundir e distrair seus oponentes, criando espaço para que suas idéias contagiem os demais interlocutores na esfera pública e na privada através do olhar curioso da imprensa em geral. Ele, sem dúvida, sabe muito bem da imensidão do desafio que lhe foi entregue por Lula em 2007, o de implodir quase dois séculos de esclerosadas tradições e doutrinas militares, pavimentando sua consolidação sob um novo poder civil que possa finalmente compreender todo o valor e a utilidade das forças armadas brasileiras dentro dos objetivos geopolíticos regionais e globais da nação neste novo século.

ALIDE: Muitos estudiosos dizem que a estrutura doutrinária de todas as FFAA é extremamente rígida e que só se altera durante guerras e conflitos, nas mãos de "mavericks" que acabam quebram paradoxos em momentos mais "desesperados". O Brasil, não passando por estas tais

guerras e crises militares, acabaria condenada à estagnação do seu pensamento militar. O Sr concorda com esta visão? Como conseguiremos modernizar nosso pensamento militar sem nos metermos em guerras?

Ministro Mangabeira: Concordo, sim. Eu tenho dito e disse aos membros do Comitê Ministerial encarregado da Estratégia Nacional de Defesa: as nossas forças armadas não tem disciplina que como o Sr disse é forjada em combate. Assim teremos que montar um plano que nos garanta o “efeito” deste aprendizado, sem que tenhamos que efetivamente entrar em combate. O Brasil entende que como nação temos o destino de evitar as ‘crises definitivas’. Desta forma, tendemos a nos colocar ao lado de ‘compromissos lusco-fuscos’ e de soluções de meio-termos. Se for verdade, que mudanças estruturais e de doutrina dependem diretamente das crises no mundo, temos que mudar nosso comportamento para depender cada vez menos do ‘trauma’ para caminhar adiante. Este tipo de comportamento, este verdadeiro circulo vicioso, é comum a todas as áreas do nosso governo, não sendo de forma alguma exclusivo da área de defesa. A ‘imaginação realista’ é a única solução para as a nossa modernização doutrinária, sem que necessitemos de crises efetivas. No fundo, tudo depende da ‘transformação das idéias’. Quando a nova Estratégia for divulgada, virá naturalmente uma onda de crítica, simultaneamente previsível e útil, que servirá para depura-la.

ALIDE: O Brasil está maduro internamente, como nação, pronto para ocupar o espaço geopolítico que nos é de direito?

Mangabeira: Esta indagação tem duas caras: a) Qual é o alcance das nossas ambições? Queremos ser um ‘Grande País’ ou, apenas um ‘Pequeno País’ e; b) Qual a nossa disposição de sacrifício, como nação, para alcançar esta ambição? A Estratégia é uma ‘aposta’, e o debate que virá agora testará esta ‘aposta’. Eu acredito que apesar das críticas pontuais este debate será um grande manancial de interesse sobre o tema. Isso será muito importante para a nação, uma vez que nós aqui não temos nenhuma tradição de debate nacional sobre o tema da defesa.

ALIDE: O Brasil se encontra comandando a MINUSTAH no Haiti há muitos anos, não seria a hora de partirmos para outra missão da ONU? Ficar tempo demais num único ambiente de garantia de paz não poderia levar a uma "exaustão" da atenção do público brasileiro e de "sucesso geopolítico" passarmos a um status de "derrotados", devido às imensas carências sociais existentes naquele pais?

Mangabeira: Não acredito que isso seja um problema central para nós. Mas, por princípio, devo me eximir de comentar esta pergunta, uma vez que eu fui um crítico da participação do Brasil nesta missão da ONU.

ALIDE: Após um ano de estudos e debates aprofundados, o Plano Estratégico de Defesa Nacional não foi apresentado no dia 7 de setembro como previsto, o que ocorreu?

Mangabeira: Este atraso se deveu a uma série de fatores como, a coincidência da visita da presidente Argentina Cristina Kirchner a Brasília e à necessidade de se concluir o processo de consultas internas do Governo antes de este tema ser levado ao Conselho de Defesa Nacional. Quando nos deram um ano para realizar o desenvolvimento da Estratégia foi julgado que ele bastaria para concluirmos esse trabalho. Mas na realidade o prazo acabou sendo pouco. Quando viram o resultado do esforço empreendido compreenderam tanto a sobriedade, quanto a seriedade, desta iniciativa. A extensão do prazo permitirá o amplo debate, fase esta que começará agora e será indispensável para legitimar esta proposta.

ALIDE: Na sua opinião, o Plano Estratégico será percebido como um divisor de águas na organização das nossas Forças Armadas? Será ele, afinal, nosso caminho para a "modernidade" e para a "letalidade" militar?

Mangabeira: Este trabalho será um momento de inflexão na nossa história, por suscitar no nosso país o debate sobre nosso projeto de defesa. Para nós, o 'Projeto de Defesa' equivale diretamente ao nosso 'Projeto de Desenvolvimento', um tema que, como nação, temos adiado confrontar a muito tempo. Os brasileiros são estranhamente ambivalentes sobre sua grandeza.

ALIDE: O Sr. comentou na imprensa que esperava receber muitas críticas pelo conteúdo do Plano Estratégico, segundo sua expectativa quais os pontos que mais gerariam contestação e por que grupos? Estas críticas já se manifestaram publicamente como esperado?

Mangabeira: As críticas serão feitas ao conjunto da obra, não a mim. As resistências são esperadas e certamente virão de dentro das próprias forças armadas. A tradição no Brasil é o simples re-equipamento e não a transformação doutrinária das forças. E como é normal, são muito poucas as entidades; civis, militares, privadas ou públicas, que conseguem abraçar um processo de autotransformação como esta. Ao longo do processo de entrevistas nos últimos 12

meses as forças militares crescentemente se envolveram e agora abraçam a Estratégia Nacional de Defesa com energia. Mas é fundamental que entendamos que certos setores da sociedade brasileira ainda confundem nossa 'renúncia à guerra', com a falta de necessidade de contarmos com forças armadas efetivas.

ALIDE: Historicamente parece que o nosso país sistematicamente tem optado por comprar os "meios" em detrimento ao armamento. Compramos aviões de caça, mas não os equipamos com mísseis, compramos blindados, mas não compramos mísseis antiaéreos para protegê-los. Qual a saída desta "sinuca orçamentário/filosófica?"

Mangabeira: Nossa perspectiva está mais focada nas idéias centrais. Precisamos ter:

- Uma 'visão integrada', não podendo nos deixar fascinar apenas pelo 'hardware caro'.
- As compras militares passarão a ser coordenadas.
- Não desejamos mais ser meros "clientes" e sim "parceiros estratégicos".
- Vamos exigir cada vez mais em termos de transferência de tecnologia.
- Tanto a produção, quanto a pesquisa avançada deverão ser, cada vez mais, feitas no Brasil.
- Colocaremos nova ênfase na nossa capacitação operacional.
- Estes serão os elementos que definirão o valor para nós.

Precisamos assumir uma nova 'cultura militar vanguardista', com foco no homem E nos atributos.

Precisamos passar a atuar em rede, incluindo aí:

- Observação satelital
  
- Disposição física [saúde do soldado] e rusticidade [tolerância à vida dura militar] para suportarmos os ambientes físicos existente no Brasil.
  
- A força deve reunir simultaneamente características de força regular e irregular

Nossa Estratégia 'radicaliza' o ideal de flexibilidade das forças sem perder as características tradicionais. O que queremos é ter unidades do Exército, por exemplo, capazes de 'desconcentrar' voluntariamente e posteriormente 're-concentrar' para produzir um contra-ataque de forma fulminante.

ALIDE: Numa palestra recente em Brasília o Sr citou a "hiper-mobilidade" como um conceito vital para o futuro das FFAA do Brasil, a hiper-mobilidade está representada adequadamente no documento final do Plano Estratégico?

Mangabeira: Nós estamos buscando um triplo imperativo:

- Monitoramento – Para assegurar a plena visão do nosso território em “camadas” sucessivas, desde o espaço até o soldado no solo. Este sistema deve estar sob inteiro controle nacional, substituindo a compra de imagens satélites comerciais.
- Mobilidade – de todos os meios e seus atributos tecnológicos. Tudo seria transportável, desde radares, até óculos de visão noturna (night vision goggles - NVG), blindados e sistemas de comunicação via satélite.
- Presença – Ocupação das áreas fronteiriças com eficácia dissuasória e vínculo permanente com as reservas táticas (tropas de reforço)

O Exército não deve buscar ter uma 'vanguarda', ele todo deve passar a SER a 'vanguarda', passando a ser redefinido na forma de brigadas modulares. O conceito de 'Força Expedicionária' é apenas um componente do que queremos fazer.

ALIDE: Assinamos dois acordos grandes com Franceses e Russos, quais as semelhanças e diferenças entre os dois acordos? Ambos foram assinados?

Mangabeira: Estamos no processo de construção de parcerias estratégicas, e para isso estamos abrindo as portas via tecnologia de defesa. Nesta área o nível do avanço tecnológico de um país é inversamente proporcional a sua vontade de transferir tecnologias avançadas. As relações internacionais podem seguir dois 'caminhos'. O 'caminho estreito', sem a uma participação abrangente e o 'caminho largo' com essa participação. Tanto França quanto Rússia aceitaram seguir pelo 'caminho largo' com o Brasil. A França tem uma longa tradição de relação com nosso país e tem dado repetidos sinais que sua transferência tecnológica será irrestrita e com ampla colaboração. Já a Rússia já sinalizou favoravelmente no plano político, ainda que não tenha uma tradição de comercializar com o Brasil na área de defesa. Com a França amplos aspectos nos campos militares e civis apontam para um crescente envolvimento deles no nosso desenvolvimento nacional.

ALIDE: Aparentemente nossa indústria de defesa está muito bem organizada para a construção de estruturas (cascos de navios, fuselagens de aeronaves e carrocerias de blindados), no entanto, somos particularmente frágeis no que tange a sensores e armas (radares, sistemas óticos, aviônicos, turbinas aeronáuticas, armas de cano e mísseis) Como contornaremos esta situação?

Mangabeira: Estamos preparando uma reorganização profunda nesta área, tanto no segmento privado quanto no público. Hoje em algumas partes temos apenas a pesquisa sem produção e de fato precisamos de uma total transformação tecnológica.

ALIDE: O que mais teremos dentro da nova Estratégia?

Muitas mudanças ocorrerão especialmente no que tange o aumento da unidade das três

forças:

- Passaremos a enfatizar o Estado Maior Conjunto de Defesa
- Implementaremos uma convergência real e operacional dos distritos navais, aéreos e terrestres.
- O esforço em prol da 'unidade' das forças, ao final estará a serviço do nosso 'vanguardismo'.
- Em primeiro lugar colocaremos as 'idéias' e só então partiremos para a 'capacitação'

Ao ser perguntado por ALIDE, sobre seus planos de carreira para depois da conclusão da Estratégia Nacional de Defesa, o Ministro Mangabeira riu e disse que ainda existem muitas coisas a serem feitas antes que ele possa voltar para a sua carreira acadêmica em Harvard. Após a publicação da Estratégia Nacional de Defesa pretendemos retornar para fazer uma nova leva de perguntas ao Ministro Mangabeira sobre o trabalho apresentado.